

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.585 - MG
(2019/0103675-0)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : NAMIR ALVES DA SILVA
ADVOGADO : DENILSON PEREIRA AFONSO DE CARVALHO - SP205939
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL
ADVOGADO : PEDRO JOSE OLIVITO LANCHÁ - SP108306
INTERES. : JULIANO PEIXOTO NEVES
ADVOGADO : GERALDO FRANCISCO CHIOCA TRISTÃO E OUTRO(S) - SP176397

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Namir Alves da Silva contra decisão da Presidência, que não conheceu do agravo em recurso especial.

O agravante aduz não ser caso de aplicação da Súmula 182/STJ, porquanto houve o efetivo combate dos argumentos do *decisum* pelo qual foi negado seguimento ao recurso especial.

É o relatório.

Há de se reconhecer que os fundamentos da decisão, que inadmitiu o recurso especial, foram minimamente confrontados no agravo em recurso especial, cabendo o afastamento do enunciado sumular n. 182/STJ.

Ante o exposto, reconsidero a decisão da Presidência para conhecer do agravo e determinar sua convolação em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito, enviem-se os autos ao MPF para oferecimento de parecer.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator